



**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS**

DANIELE APARECIDA CHAVIER DE OLIVEIRA

RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A
COMPLEXIDADE DA VIDA NAS RUAS NO
MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP**

**FERNANDÓPOLIS
2025**

DANIELE APARECIDA CHAVIER DE OLIVEIRA

RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A COMPLEXIDADE DA VIDA
NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP**

Monografia - Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada à
Fundação Educacional de Fernandópolis como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIELE APARECIDA CHAVIER DE OLIVEIRA

RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A COMPLEXIDADE DA VIDA NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP

Monografia -Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada à Fundação Educacional de Fernandópolis como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Me. Richardson Cramolichi.

Aprovada em: ____/____/2025

Examinadores:

Prof.

Prof.

Prof.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Oliveira, Daniele Aparecida Chavier, 2002; Silva, Rodrigo de Oliveira, 1984.

População em Situação de Rua: A Complexidade da Vida nas Ruas no Município de Fernandópolis-SP / Daniele Aparecida Chavier de Oliveira; Rodrigo de Oliveira Silva. 2025.
32 f.

Orientador: Prof. Me. Richardson Cramolichi

Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social (Graduação) – Fundação Educacional de Fernandópolis – Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE. Curso de Serviço Social, 2025.

Dedicamos nosso trabalho ao nosso orientador que nos ajudou na elaboração, aos nossos familiares pela paciência, enquanto nos dedicávamos e a nós que persistimos até aqui.

"O momento que vivemos é pleno de desafios. Mais do que nunca, é preciso ter coragem, ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia nos horizontes de novos tempos, mais humanos, mais justos e mais solidários".

Marilda V. Iamamoto

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar o fenômeno da população em situação de rua bem como, suas complexidades no município de Fernandópolis/SP, em consonância com o cenário nacional. Além disso, o estudo abordou as suas características, quantitativos, gênero e faixa etária, assim como a essencialidade da atuação do(a) assistente social com a população em situação de rua na atualidade. O percurso metodológico foi desenvolvido por uma abordagem quanti-qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental, sendo a investigação realizada por meio de análise comparativa e conteúdo. Os resultados apontaram para a ampliação do fenômeno da população em situação de rua no município de Fernandópolis/SP e no Brasil, além de demonstrar fatores multidimensionais no contexto de surgimento do segmento, bem como as lacunas e fragilidades nas políticas públicas voltadas para as pessoas que vivem nas ruas no município.

Palavras chaves: População em Situação de Rua, Complexidades, Políticas Públicas, Serviço Social.

ABSTRACT

This Final Course Project aimed to analyze the phenomenon of the homeless population and its complexities in the municipality of Fernandópolis/SP, in line with the national scenario. Furthermore, the study addressed its characteristics, quantitative data, gender, and age range, as well as the essential role of social workers with the homeless population today. The methodological approach was developed using a mixed-methods approach (quantitative and qualitative), through bibliographic and documentary research, with the investigation conducted through comparative and content analysis. The results pointed to the expansion of the homeless population phenomenon in the municipality of Fernandópolis/SP and in Brazil, in addition to demonstrating multidimensional factors in the context of the emergence of this segment, as well as gaps and weaknesses in public policies aimed at people living on the streets in the municipality.

Keywords: Homeless Population, Complexities, Public Policies, Social Work.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Quantidade Total de Pessoas em Situação de Rua (2020 a 2025)	22
Gráfico 2 - Gênero	23
Gráfico 3 - Faixa Etária (18 a 59 anos)	24
Gráfico 4 - Faixa Etária (60+)	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA (vai incluir dentro da introdução)	12
1. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	14
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, COVID-19 E SUAS CARACTERÍSTICAS: Realidade Nacional e Municipal.....	19
3. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

O fenômeno da população em situação de rua é considerado um segmento extremamente complexo e multifatorial, pois envolve aspectos sociais, econômicos, biológicos, familiares, dentre outros.

Estudos e pesquisas voltadas para o fenômeno da população em situação de rua como Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tem apontado crescente índice de pessoas vivendo nestas condições cotidianas na atualidade.

É notório perceber este fenômeno da população em situação de rua quando deparamos com a presença de pessoas vivendo em condições de extrema vulnerabilidade social, miserabilidade e indignidade humana em diversos espaços públicos, como praças, marquises, viadutos, entre outros, desde pequenos, médios municípios a metrópoles no Brasil.

Em muitas ocasiões, esta triste realidade é tida como uma situação “normal”, sendo naturalizada, pois, já se tornou “comum” na sociedade brasileira, não é vista como uma problemática social que precisa ser enfrentada com políticas públicas eficientes e eficazes. Só é tratada como prioridade a partir da higienização social, ou seja, quando incomoda por outras situações, não pela dignidade humana.

À sombra da invisibilidade e da marginalidade, esse segmento é visto e tratado, sem levar em conta a extrema violência urbana e institucional, em que são submetidos por viverem simplesmente sem um teto.

Neste sentido, este estudo procurou analisar quanto o fenômeno da população em situação de rua e suas complexidades, presente no município de Fernandópolis/SP.

Para tanto, discorreremos no primeiro capítulo quanto o contexto histórico, social e econômico do surgimento do fenômeno da população em situação de rua.

No segundo capítulo é contextualizado índices quantitativos de pessoas vivendo em situação de rua no Brasil e no município de Fernandópolis/SP, assim como, os perfis e características deste segmento.

Por fim, no terceiro e último capítulo, tratamos quanto a importância do profissional de Serviço Social é relevante para o enfrentamento da problemática das pessoas que vivem em situação de rua na atualidade.

Além disso, abordamos quanto o panorama de políticas públicas e sociais para mitigar os impactos vividos pela população em situação de rua no município de Fernandópolis/SP.

Os resultados apontaram para uma ampliação de pessoas vivendo em situação de rua tanto no município de Fernandópolis/SP, quanto para cenário nacional, além das complexidades vivenciadas no cotidiano. Além disso, foi identificado que população em situação de rua foi extremamente impactada pelos diversos efeitos da pandemia de Covid-19, bem como, as precariedades das políticas públicas no trabalho social com o segmento no seu enfrentamento.

METODOLOGIA

O caminho metodológico do presente estudo se desenvolveu por meio de abordagem quanti-qualitativa, constituída através de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo.

A pesquisa bibliográfica se delineou por meio de livros e obras de autores como, Lúcia Lopes da Silva (2009), que apresenta um estudo sobre a categoria trabalho e a população em situação de rua no Brasil, Yamamoto (2011), uma das pioneiras dos estudos em Serviço Social e a Questão Social, como matéria prima da profissão e Cramolichi (2024), que possui pesquisas sobre a complexidade da população em situação de rua e a velhice humana neste contexto.

Na abordagem qualitativa, a pesquisa buscou compreender a realidade vivida pelos indivíduos, considerando a dinâmica das relações sociais e os significados atribuídos à experiência de vida nas ruas.

Na pesquisa documental utilizou-se de dados de relatórios, legislações, notas, normativas e orientações técnicas e índices estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), dentre outros.

Nesta dimensão quantitativa, foram considerados dados estatísticos e informações sobre a população em situação de rua, procurando mensurar a ampliação ou retração de quantitativos de pessoas vivendo em situação de rua, bem como, perfis de gênero e etários.

A demarcação temporal da pesquisa sobre a população em situação de rua se deu no período dos anos de 2020 a outubro de 2025 no panorama nacional e no município de Fernandópolis/SP.

A análise comparativa e de conteúdo desses dados permitiu compreender melhor as características dos sujeitos da pesquisa, sendo a população em situação de rua, sua dinâmica de vida e suas complexidades no âmbito nacional e municipal, em especial no município de Fernandópolis/SP.

Além disso, tais análises permitiram conhecer as realidades das políticas públicas vigentes, suas potencialidades, mas também desafios na operacionalização da oferta do atendimento da população em situação de rua.

1. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Inicialmente, para abordar em relação ao contexto da população em situação de rua no Brasil, é necessário ter a compreensão de que este fenômeno não é constituído apenas por uma causa, mas por diversos fatores, sendo eles, históricos, sociais, culturais, econômicos, dentre outros.

A partir desta reflexão, as Orientações Técnicas para o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2009), explica que este fenômeno:

[...] deve, portanto, ser compreendido em suas múltiplas determinações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação, incluindo, desde fatores estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, até fatores relacionados à ruptura de vínculos familiares e infortúnios pessoais, como perda de bens. (BRASIL, 2009).

Destarte, Silva (2009), também afirma que esta condição de vida se molda por diversos fatores, como pode-se perceber:

O fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornaram um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas (Silva, 2009, p. 91).

Neste sentido, mesmo que as literaturas não apontem precisamente quanto um marco temporal da constituição do fenômeno da população em situação de rua, no Brasil e mundo, Silva (2009), afirma que:

Sua história remonta ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa. A partir dessa época, passou a compor o cenário da vida urbana, em várias partes do mundo. Com o desenvolvimento do capitalismo, tem momentos de expansão e outros de retração (Silva, 2009, p. 91).

Não obstante, em relação ao surgimento deste fenômeno complexo, as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em

Situação de Rua (2011), também contextualiza neste cenário de surgimento do fenômeno da população em situação de rua que:

A não incorporação, pela produção capitalista, da força de trabalho disponível na sociedade gerou uma massa de trabalhadores, um excedente das classes subalternizadas, pessoas que migraram das zonas rurais, pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional. Jogada à margem do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços, uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência (BRASIL, 2011).

Desse modo, conforme as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011), apresenta que tal situação vivenciada pela grande população advinda de processos migratórios e da expulsão de camponeses de suas terras, conduziram essas pessoas à margem da sociedade (Silva, 2009), em pleno desenvolvimento capitalista, conforme podemos perceber:

[...] o agravamento da questão social contribuiu para que esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos idosos e famílias. Aquela parcela da população conhecida nas cidades por viver de caridade, da igreja e do Estado, e que aos olhos destes tinham pouca ou nenhuma capacidade ou potencial de proceder a transformações efetivas em sua condição de vida, ganhou, portanto, novos contornos dados pela forma de ocupação do espaço e sociabilidade no Brasil urbano e industrializado (BRASIL, 2011).

Neste contexto, compreende-se que o fenômeno da população em situação de rua se caracteriza como uma das expressões mais aviltantes da questão social, conforme podemos identificar em lamamoto (2011):

[...] encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos.
[...] A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta (lamamoto, 2011, p. 114).

Entende-se neste contexto que, a relação contraditória entre capital/trabalho é diretamente responsável pelas desigualdades sociais estruturante na sociedade, logo traduzidas em desproteções sociais e consequentemente em uma das causas

fundantes do fenômeno da população em situação de rua. Assim, “em linhas gerais, pode-se dizer que foram as condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo, ao qual se vincula o que hoje se denomina população em situação de rua” (Silva, 2009, p. 96).

O Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 da Presidência da República, define o fenômeno da população em situação de rua como sendo:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Além disso, para Cramolichi (2024), a complexidade do fenômeno da população em situação de rua:

[...] não é uma problemática recente, mas, uma discussão antiga que só é posta à tona pelo Estado e pela sociedade, quando algo desta natureza gera incômodos, confronta costumes, regras, desvios de comportamentos que causa estranhezas, interferências nas questões econômicas, entre outras, mas que fora deste contexto, o tema é facilmente esquecido, banalizado e invisível (Cramolichi, 2024, p. 47).

Outrossim, Cramolichi (2024), ainda frente a questão fundante do fenômeno da população de rua refere que:

[...] a temática das pessoas que vivem em situação de rua é tão longa, desde os primórdios da própria existência humana, além de ser potencializada a partir da expansão do sistema econômico capitalista, em que está intimamente relacionada às expressões da questão social, onde a supremacia do capital leva à banalização do humano (Cramolichi, 2024, p. 47).

Assim, é possível identificar as consequências e impactos gerados pelo modo de produção capitalista na sociedade que refletem diretamente na vivência de pessoas em situação de rua, embora existam também outros fatores ligados a essa condição na contemporaneidade.

Cabe destacar que, frente a toda problemática em questão de vulnerabilidade e desproteções sociais alarmantes em razão das condições mínimas de existência humana, movimentos sociais se formaram no Brasil, na busca por direitos, sendo

essencial para elaboração de políticas públicas para o segmento na década de 1970.

Tais lutas em busca por direitos à população em situação de rua se constituíram por meio de forças coletivas através de organizações como, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, em decorrência da existência de crianças e adolescentes neste contexto, além de movimentos como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, Pastoral do Menor, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, dentre outros (BRASIL, 2009).

A materialização da Constituição Federal de 1988, resultou um marco regulatório na conquista de direitos sociais, e posteriormente em garantias legais à própria população em situação de rua. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, representou um divisor de águas no que tange a proteção social no enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais, que mais tarde abarcaria especificamente o direito das pessoas em situação de rua.

Diversos dispositivos legais foram se firmando ao longo do tempo, como o Decreto de n. 7053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, que vem garantir direitos específicos à população em situação de rua no Brasil e dar possibilidades de participação social.

Nas literaturas que tratam sobre o fenômeno da população em situação de rua bem como dados do último censo oficial nacional sobre a população em situação de rua realizado no ano de 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), demonstraram que os fatores que levaram as pessoas a viver em situação de rua é sem dúvidas, multifatorial.

Nestas literaturas, são apontadas causas como o, uso de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), desemprego, conflitos familiares (MDS, 2009), no entanto, é perceptível que esta condição não se resume apenas esses fatores na atualidade.

Deste modo, é fundamental perceber que na atualidade, tais fatores se traduzem em múltiplas expressões da questão social na sociedade. A exemplo dos conflitos familiares, apresentados no último Censo oficial da População em Situação de Rua (2009), como sendo um dos determinantes que levam as pessoas a viverem em situação de rua. Esse indicador pode demonstrar diversas faces.

Assim, podemos destacar que os conflitos familiares ocasionados por preconceitos e estigmas como a não aceitação de pessoas LGBTQIAPN+, pela sua orientação sexual no convívio familiar, demonstra que a questão de identidade de gênero tem se colocado como um fator.

Logo, as pessoas acometidas por transtornos mentais graves e/ou outras doenças, deficiências, dentre outros, tem refletido a realidade deste complexo fenômeno presente na sociedade atual.

Outros aspectos como psicológicos, biológicos, sociais e econômicos também estão intimamente relacionados ao surgimento do fenômeno da população em situação de rua na sociedade contemporânea.

O simples processo do envelhecimento humano, inclui-se como um destes fatores, pois neste ciclo da vida, a pessoa idosa se desliga do âmbito das relações do trabalho e conseqüentemente da produção para o capital e em muitas situações pode acabar sendo descartada do convívio familiar por não ser mais produtiva economicamente (Cramolichi, 2024).

Outro aspecto fundamente também está relacionado ao nulo acesso à renda, pois as exigências do mercado de trabalho, tem requerido cada vez mais qualificações, o que demanda recursos financeiros para tê-las, concorrências, excesso de contingente de mão de obra trabalhadora, impactam nas condições de vida das pessoas.

Nesta lógica, lamamoto (2011) pontua que:

Cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou re-inserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação a oferta de força de trabalho disponível. Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida (lamamoto, 2011, p. 87).

Não obstante, as políticas públicas e sociais insuficientes ou inexistentes acabam por não abarcar todo o contingente sobrando, tornando restrito ou nulo, o acesso aos programas habitacionais que promovem moradia digna a todas as pessoas que necessitam, no qual, em muitas situações, a única opção que resta é viver nas ruas.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, COVID-19 E SUAS CARACTERÍSTICAS: Realidade Nacional e Municipal

Ao contextualizar a temática do fenômeno da população em situação de rua no que se refere ao seu perfil tanto no cenário nacional, quanto para o cenário municipal, apresentaremos algumas características como, quantitativo de pessoas vivendo em situação de rua, faixa etária e gênero, a partir de dados estatísticos oficiais no período dos anos de 2020 até outubro de 2025.

Para caracterizar o perfil da população em situação de rua em nível municipal, é necessário destacar que o município de Fernandópolis/SP está localizado na região noroeste do estado de São Paulo, a 550 km da capital, com população estimada de 73.508 pessoas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2025).

Além disso, é fundamental pontuar que o período (2020 a 2025) demarcado para estudar o fenômeno da população em situação de rua, foi impactado pela pandemia de Covid-19 em nível mundial que, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais no Brasil e no mundo, em especial às pessoas vivendo em situação de rua.

Essas desigualdades estavam expressas na nula possibilidade de acesso à higienização para prevenção de contágio, falta de equipamentos de proteção individual – EPI, bem como isolamento social, já que não tinham acesso à informação, bem como, outros de meios de prevenção, ficando eminentemente expostos ao contágio e morte.

No município de Fernandópolis/SP, segundo informações da Prefeitura Municipal, em 2020 foram confirmados cerca de 4.198 casos de COVID-19, sendo 64 óbitos. O último boletim atualizado pela saúde no dia 11/08/2021 as 19h40, até o final de 2023, o município divulgou 412 óbitos (FERNANDÓPOLIS, 2023).

Nesse período pandêmico a secretaria de saúde do município de Fernandópolis/SP informava por meio de post nas redes sociais o boletim epidemiológico no dia a dia ou ao longo da semana informando a quantidade de pessoas infectadas; pessoas que testaram negativo, óbitos, suspeitos e curados da doença.

O perfil nacional da população em situação de rua, segundo Natalino; Pinheiro; Silva (2020), por meio de pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontava que:

Há levantamentos municipais e uma pesquisa nacional, publicada em 2008, que demonstram não apenas o quantitativo da população de rua, mas também aspectos fundamentais de suas condições de vida. Entre 2007 e 2008, foi realizado o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, englobando 71 cidades e identificando quase 32 mil pessoas acima de 18 anos. Foram entrevistadas pessoas em vias públicas, viadutos, galpões e outras estruturas precárias, além daqueles que se encontravam em albergues. São em maioria homens (82%), negros (67%), jovens (43,21% dos homens e 52,23% das mulheres até 35 anos), com baixa escolaridade (17,1% é analfabeto). Estão na rua ou em albergues há bastante tempo (48,4% há mais de 2 anos), o que atribuem prioritariamente a problemas com álcool e/ou outras drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%). Seus vínculos familiares estão rompidos ou bastante fragilizados (51,9% têm parentes na cidade em que se encontra, mas 38,9% não mantêm contato). A maior parte trabalha (70,9% exerce alguma atividade remunerada e 58,9% afirmam ter alguma profissão). Apresentam algum problema de saúde, em proporção acima da população geral de baixa renda (30% têm algum problema de saúde) e 24,8% não tinham documentos (Sagi/MDS, 2009). Com efeito, esta pesquisa mostrava um cenário de população de maioria masculina, negra, com situação cristalizada de rua, com baixa escolaridade e alijada de amparo governamental básico. Por sua vez, também contribuiu para desfazer alguns mitos e preconceitos, mostrando que a situação de rua não necessariamente advém da migração e que este grupo é produtivo, ainda que atuando em atividades precárias (Natalino; Pinheiro; Silva, 2020, p. 8).

Cabe salientar que, desde esse levantamento em nível nacional, não se tem um novo registro de um censo nacional de forma oficial. Os dados atuais que serão apresentados no decorrer deste estudo, tem sido uma amostra ou seja, apenas uma estimativa de quantitativos e perfis da população em situação de rua no Brasil, advindos de formulários e relatórios da política de assistência social (Natalino, 2016).

Isto demonstra claramente um dado a ser pesquisado, pois há uma lacuna nas políticas públicas no que tange a filtragem deste segmento que vem crescendo de forma exponencial no Brasil.

Conforme apresentado por Natalino; Pinheiro; Silva (2020), entre os anos de 2007 e 2008 havia um quantitativo de aproximadamente 32 mil pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Este número neste período, já evidenciava de forma muito significativa, a necessidade de estratégias de formulação em políticas públicas específicas para o enfrentamento desta condição.

Além disso, cabe destacar que essa amostra apenas foi colhida em municípios de grande porte, com mais de 300 mil habitantes e, somando capitais

como Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, esse montante era de aproximadamente 50 mil pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2020, este número já havia saltado para aproximadamente 221.869 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil.

No entanto, conforme Natalino (2022), não há índices mais atualizados de forma nacional por meio de censo oficial, segundo podemos observar:

O Brasil não conta com dados oficiais sobre o número de pessoas em situação de rua (PSR). A instituição de contagem oficial desse segmento está prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009. Não obstante, e malgrado os esforços de organizações da sociedade civil e da Defensoria Pública da União, tanto o Censo Demográfico de 2010 quanto o de 2022 seguiram o método tradicional de contagem, incluindo apenas a população domiciliada nos seus números. Tal realidade implica em prejuízos para a correta avaliação da demanda por políticas públicas por parte desse segmento, como foi evidenciado pela recente dificuldade, por parte do Ministério da Saúde, em alocar um número adequado de vacinas contra a Covid-19 para a população em situação de rua (Natalino, 2022).

Dados do Observatório de Políticas Públicas sobre População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apontou uma estimativa de 358.353 pessoas vivendo em situação de rua no país, até o mês de outubro do ano de 2025.

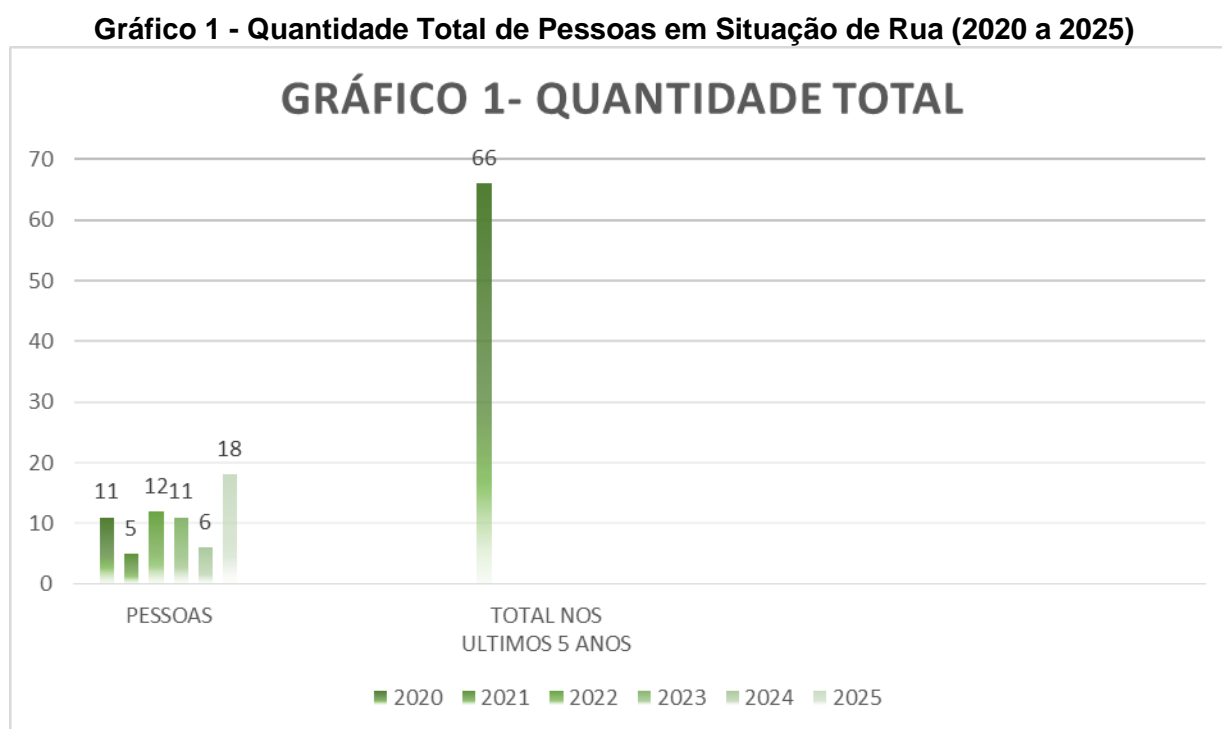
Este crescimento só demonstra que este segmento vem crescendo na sociedade e vem afirmando a necessidade de políticas públicas e sociais mais abrangentes e efetivas no enfrentamento da problemática de maneira equitativa.

A realidade do fenômeno da população em situação de rua no município de Fernandópolis/SP, embora se apresente com menor quantitativo frente ao cenário nacional, também tem demonstrado um crescimento expressivo de pessoas em situação de rua, já que esse segmento está geograficamente distribuído nos municípios, ou seja, nas cidades de quaisquer portes, principalmente no estado de São Paulo.

Além disso, o estado de São Paulo e seus municípios por serem economicamente mais rentável, com a ideia de ter mais oportunidades de trabalho e renda e consequentemente de oferecer melhor qualidade de vida, acaba por atrair muitas pessoas. Desta forma, tem se gerado um contingente expressivo de mão de

obra sobrando, que sem recursos acaba por utilizar as ruas como o único meio de sobrevivência.

Dados do Departamento de Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sobre o município de Fernandópolis/SP (2025), no período (2020 a 2025), demonstram a ocorrência de pessoas vivendo em situação de rua no território, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo:

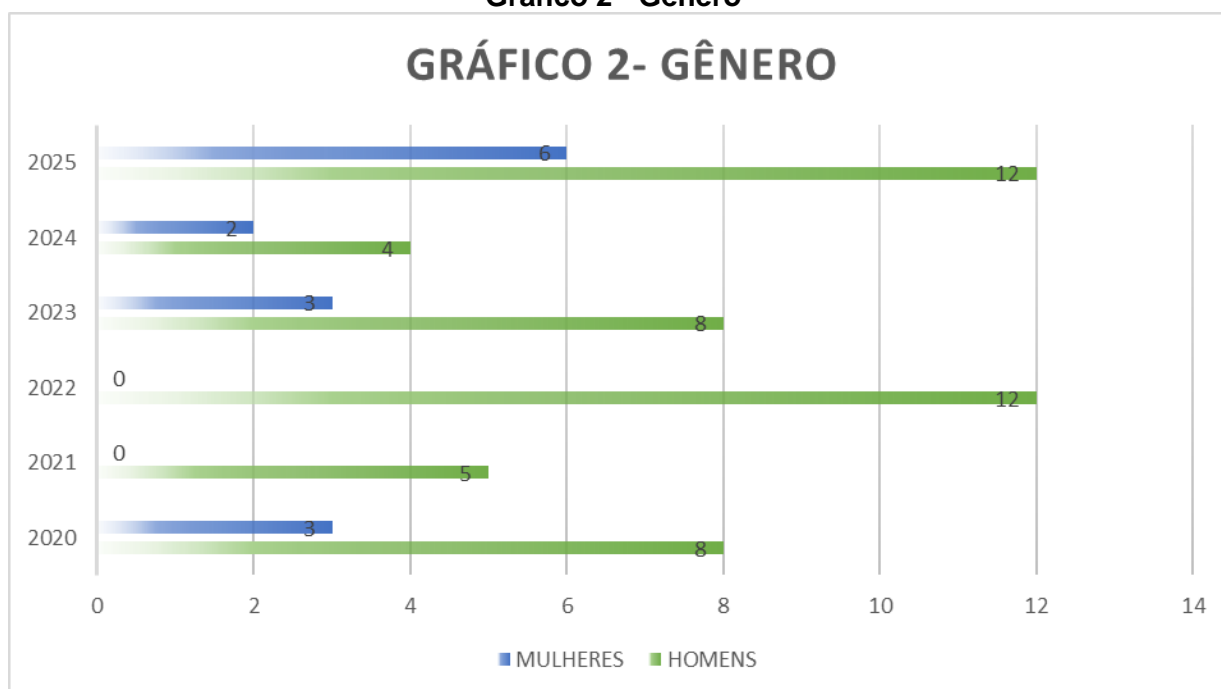


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da Vigilância Socioassistencial do MDS (2025).

Neste gráfico é possível identificar que em relação ao ano de 2020 ao ano de 2025, houve um aumento de pessoas em situação de rua no município, considerando homens e mulheres, embora apresente algumas alterações no intermédio deste período. Vale lembrar que, este tempo descrito, esteve assolado pelos impactos da Covid-19, em que, a migração de pessoas em situação de rua esteve desacelerada pelas medidas de prevenção por meio de isolamento social.

Em relação ao gênero da população em situação de rua, no município de Fernandópolis/SP, não é diferente da realidade nacional, já que a maioria deste segmento é liderada pelo sexo masculino em relação ao sexo feminino, conforme podemos observar abaixo:

Gráfico 2 - Gênero

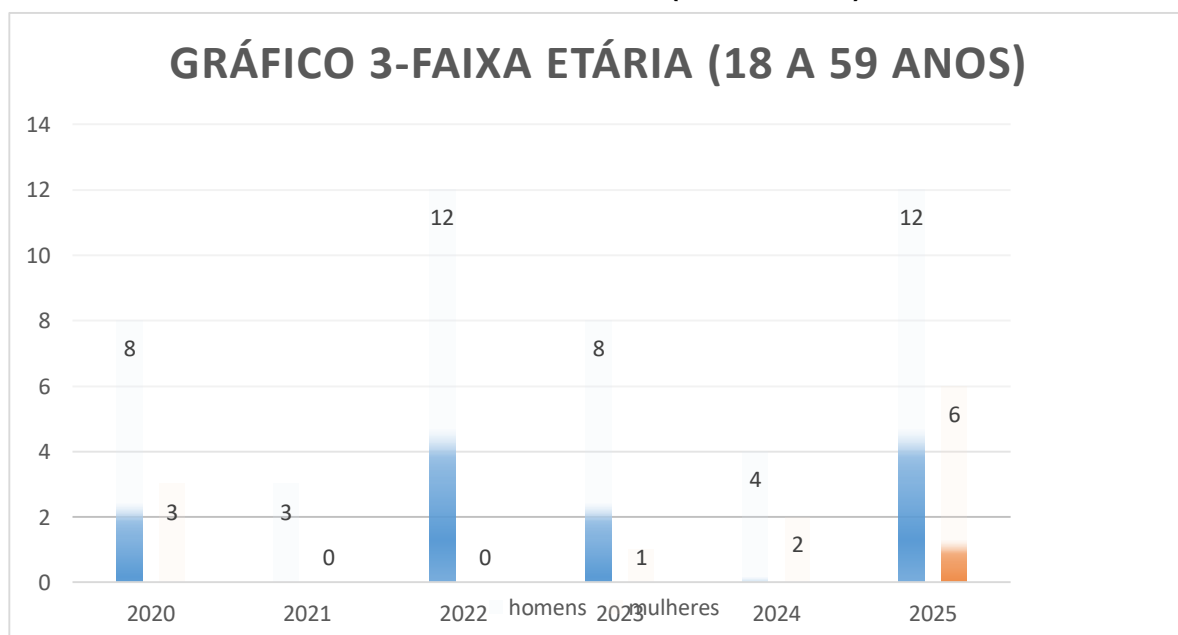


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nas informações da Vigilância Socioassistencial do MDS (2025).

Este gráfico demonstra que a predominância do sexo masculino vivendo em situação de rua ainda prevalece do que em relação as mulheres, embora o quantitativo de mulheres também se mostre significativo e com um leve acréscimo do sexo feminino no período estudado (2020 a 2025). Vale ressaltar que o registro de informações de vigilância socioassistencial não tem abarcado questões relacionadas as identidades de gênero, composta por pessoas LGBTQIAPN+, sendo um dado relevante para a pesquisa e para fins de implementação de políticas públicas.

No que se refere a faixa etária da população em situação de rua no município de Fernandópolis/SP, esta, também revela que a maioria deste segmento é composta por pessoas entre 18 e 59 anos, segundo informações do gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Faixa Etária (18 a 59 anos)

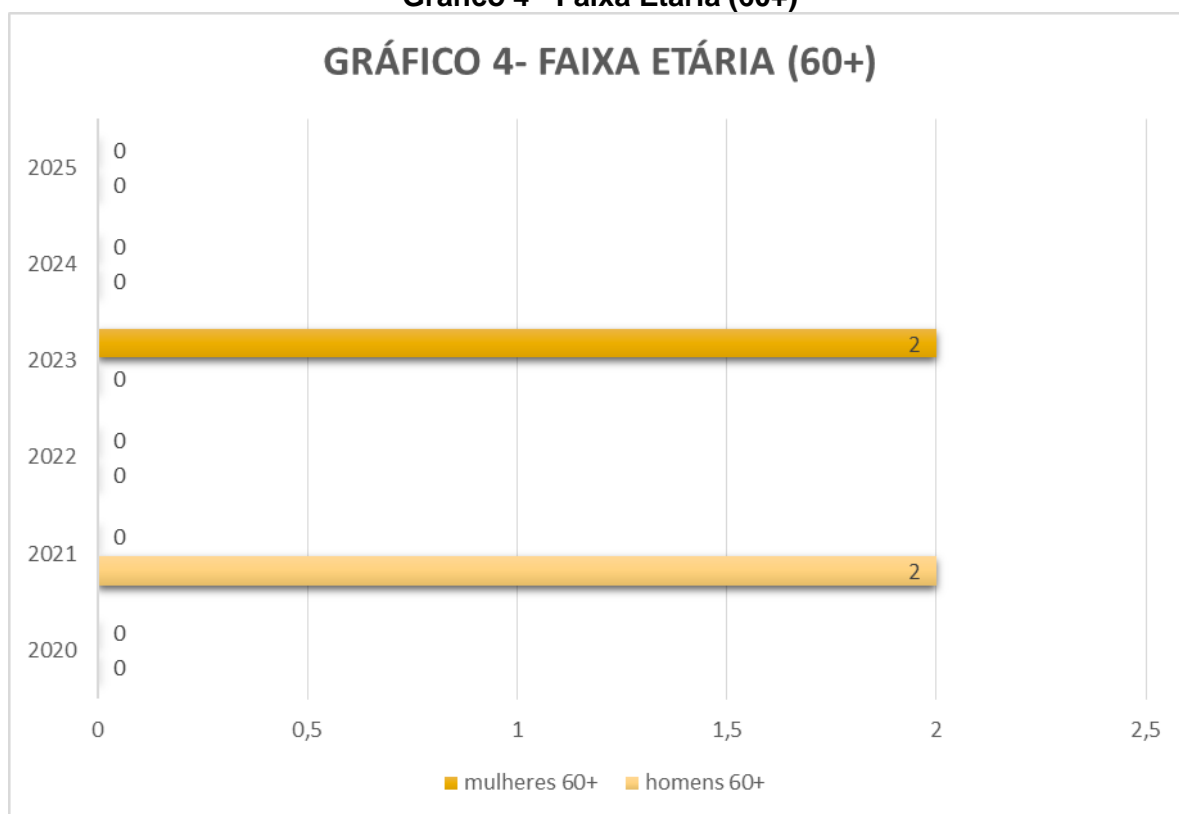


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nas informações da Vigilância Socioassistencial do MDS (2025).

Observa-se no gráfico que a faixa etária de 18 a 59 anos é prevalente na população em situação de rua, sendo composta por homens e mulheres bem como, representa o período de vida economicamente ativo para o capital.

No gráfico 4, temos a representação de pessoas idosas, que também compõem o segmento da população em situação de rua no município de Fernandópolis/SP.

Gráfico 4 - Faixa Etária (60+)



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nas informações da Vigilância Socioassistencial do MDS (2025).

Este gráfico ilustra que as pessoas idosas também estão expostas as condições de vulnerabilidade social extrema. Estes dados denotam fragilização nas legislações pertinentes ao público idoso e inspiram implementações nas políticas públicas e sociais existentes.

Desse modo, este capítulo procurou abordar a complexidade do fenômeno da população em situação de rua nas realidades, nacional e municipal, no caso do município de Fernandópolis/SP em específico, ilustrando dados quantitativos assim como, taxas de crescimento, faixa etária predominante e o gênero deste segmento.

3. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O fenômeno da população situação de rua se configura uma das formas mais aviltantes dos direitos humanos e como tal uma manifestação da questão social, que tem se expressado de diversas formas na sociedade como vimos anteriormente neste estudo.

O(a) assistente social que tem por função a viabilização de direitos sociais a partir de políticas públicas e sociais existentes à população, torna-se figura central e essencial no enfrentamento da problemática da complexidade do fenômeno da população em situação de rua na atualidade.

Neste sentido, o(a) assistente social é chamado para atuação em políticas públicas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades e desproteções sociais que assolam a sociedade.

O código de ética profissional do(a) assistente social (1993) apresenta suas atribuições por meio dos princípios e direitos fundamentais:

[...] II – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
III – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras;
V – Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças [...] (CFESS, 1993)

A política de assistência social é o campo que tem por função promover proteção social a quem dela necessitar, a partir da instituição da Constituição Federal de 1988, instaurada pelo art. 203 e 204, conforme podemos perceber:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, e à velhice; [...]
VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza [...] (BRASIL, 1988).

Os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011) em relação as suas competências, pontua que:

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos ; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p. 18).

Logo, tais atribuições são definidas a partir dos Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011) em consonância com o Código de Ética profissional (1993) sendo:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2011, p.18-19).

Além disso, essas competências devem se materializar em procedimentos e técnicas, segundo os Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de Assistência Social (2011) como:

- Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social;
- Formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, entre órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;

- Elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de assistência social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social;
- Formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de assistência social;
- Favorecer a participação dos usuários e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público;
- Planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) [...] (CFESS, 2011, p. 20).

A materialização da política de assistência social foi um divisor de águas para a operacionalização e oferta de serviços socioassistenciais para a população em situação de rua, pois contempla o atendimento para este segmento.

A instituição de modalidades de proteção social sendo elas proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade contemplaram serviços mais especializados para atender as demandas da população em situação de rua, sendo eles por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e por fim em específico, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Cabe ressaltar que em municípios de pequeno porte e municípios que não justificam a demanda e a necessidade do serviço especializado a esse segmento, o atendimento é direcionado para os órgãos gestores e/ou ainda nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

As Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011), estabelece o perfil e as atribuições dos técnicos de nível superior da equipe do Centro POP, e nela, os(as) assistentes sociais, para o atendimento com a população em situação de rua, conforme podemos ver:

Principais Atribuições

- Acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações;
- Elaboração, com os usuários, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário;
- Realização de acompanhamento, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas;

- Realização de visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência, sempre que possível, com vistas ao resgate ou fortalecimento de vínculos;
- Articulações, discussões, planejamento e desenvolvimento de atividades com outros profissionais da rede, visando ao atendimento integral dos usuários atendidos e qualificação das intervenções;
- Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgão de defesa de direito;
- Participação nas atividades de capacitação e formação continuada;
- Participação nas reuniões para avaliação das ações e resultados nos serviços e planejamento das ações a serem desenvolvidas, na definição de fluxos de articulação dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos;
- Estímulo à participação dos usuários na definição das ações desenvolvidas ao longo do acompanhamento;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações e planejamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Relacionamento cotidiano com a rede, tendo em vista o melhor acompanhamento dos casos (BRASIL, 2011).

Além disso, o trabalho social do(a) assistente social com a população em situação de rua, requer uma gama de ações complementares na política de assistência social, em especial nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP's) no enfrentamento da problemática.

Essas ações se traduzem no cotidiano profissional como, ética, respeito à dignidade, diversidade e não discriminação, acesso a direitos socioassistenciais, trabalho em rede, relação com a cidade e a realidade do território, mobilização e participação social, acolhida, acompanhamento especializado, elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar (BRASIL, 2009).

Nesta ótica, o trabalho social especializado com a população em situação de rua no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) deve levar em conta alguns aspectos, conforme aponta as Orientações Técnicas (2009):

- i. história da localidade; ii. Dinâmica socioespacial, relações e redes sociais das pessoas em situação de rua; iii. Dificuldades e, principalmente, potencialidades e capacidades, observadas no contexto em questão da rede disponível, do território, da comunidade e da população em situação de rua tendo em vista o trabalho para reconstrução de trajetórias de vida (BRASIL, 2009, p. 77).

Não obstante, nesta perspectiva também é fundamental a realização de entrevistas individuais e/ou familiares, atendimento individual e/ou familiar,

orientação e atendimento em grupo, oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização, orientação jurídico-social, estudos de caso, articulação em rede, encaminhamentos, inclusão em programas sociais, como o programa de transferência de renda Bolsa Família, dentre outros (BRASIL, 2009).

Nesta perspectiva, o(a) assistente social atuará diretamente com as diversas formas da manifestação da questão social, que se transforma a cada tempo, a medida que o sistema capitalista se muda em favor da acumulação do capital e em detrimento da classe trabalhadora.

Em suma, a atuação do(a) assistente social deve sempre estar pautado pelo Código de Ética Profissional (1993), que rege e direciona o seu exercício profissional, diante das vulnerabilidades e desproteções sociais que assolam a classe trabalhadora, aqui expressa pelo complexo fenômeno da população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou o fenômeno da população em situação de rua e suas diversas complexidades no município de Fernandópolis/SP, mas também contemplou o cenário nacional, diante dos dados e estatísticas apresentadas.

Verificou-se que esse fenômeno é realmente complexo por ser composto por diversos fatores sendo eles, históricos, sociais, econômicos, biológicos, culturais, dentre outros, que dificultam o seu enfrentamento.

Observou-se que o fenômeno da população em situação de rua é sem dúvidas uma expressão da questão social, em que a atuação do assistente social é essencial para superação das condições de vulnerabilidades e desproteções sociais enfrentadas pelo segmento.

É evidente que a população em situação de rua no Brasil e na realidade do município de Fernandópolis/SP sentiu de maneira mais intensa e impactante os efeitos excludentes no período da Covid-19.

Notou-se a ampliação de pessoas vivendo em situação de rua, tanto no município de Fernandópolis/SP, quanto no panorama nacional, acompanhando proporcionalmente os perfis etários e de gênero na atualidade.

É notório a marginalização e a invisibilidade das pessoas que vivem nas ruas, tanto no cenário nacional quanto municipal, diante das condições insalubres e de miserabilidade e violência que vivenciam estando nas ruas.

Não obstante, percebe-se a fragilidades existentes nas políticas públicas e sociais de modo geral para a viabilização de direitos sociais à população em situação de rua, quando não se tem dados oficiais nacionais, a partir de indicadores sociais de um censo.

Além disso, identificou-se lacunas nas políticas públicas municipais, a partir da inexistência da oferta de equipamentos específicos para o atendimento da população em situação de rua, como os Centros POP's e/ou serviços de acolhimento institucional, que realiza o trabalho social especializado, sendo este, realizado pelo CREAS, que não substitui a oferta do serviço socioassistencial adequado em sua completude.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 out. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU em 8 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Vigilância Socioassistencial. Disponível em: <https://www.aplicacoes.mds.gov.br/sagi>. Acesso em 22 nov. 2025.
- CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.
- CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília, 2011.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- CRAMOLICHI, R. Velhices Marginalizadas: Um estudo da Pessoa Idosa em Situação de Rua na Perspectiva de Direitos. Curitiba: CRV, 2024.
- FERNANDÓPOLIS, Prefeitura. Secretaria Municipal de Saúde. Departamento de Vigilância. Disponível em: <https://www.fernandopolis.gov.br>. Acesso em 10 out 2025.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Cortez: Atlas, 1987.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa Censo 2025. Disponível em: <https://www.censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 nov 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811

Acesso em 12 nov 2025.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Texto para Discussão, n. 2246. Brasília: IPEA, 2016.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Nota Técnica 73 (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: IPEA, 2020.

NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M.B.; SILVA, T. D. População em situação de rua em tempo de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Nota técnica 74. IPEA, 2020.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Dados sobre o fenômeno da população em situação de rua. UFMG, 2021. Disponível https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em 20 nov 2025.

SILVA, M. L. L. Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.